



INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO DE CASO EM ESCOLA NO MUNICÍPIO DE CORURIPE-AL

SILVA, Izabela Neves da¹
SILVA, Claudia Gomes²
SANTOS, Maria Edneide³

GT 9 – Educação Especial e Inclusão de Pessoas com Deficiência.

RESUMO

O presente trabalho aborda a temática Inclusão e Direitos Humanos por meio de um estudo de caso realizado em uma escola do município de Coruripe-AL. A pesquisa teve como objetivo analisar as práticas pedagógicas e institucionais voltadas à promoção da inclusão de estudantes com deficiência, bem como a efetivação dos direitos humanos no ambiente escolar. A investigação revelou avanços significativos nas políticas inclusivas, como a presença de profissionais de apoio e adaptações de infraestrutura no ambiente escolar. O estudo evidencia que a promoção de uma educação inclusiva requer o compromisso coletivo da comunidade escolar junto ao apoio familiar de cada estudante e políticas públicas que garantam equidade e respeito à diversidade. Conclui-se que a inclusão plena ainda é um processo em construção, exigindo ações concretas para consolidar uma escola verdadeiramente democrática e inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão. Direitos Humanos. Escola. Deficiência.

INTRODUÇÃO

A inclusão e os direitos humanos configuram-se como pilares fundamentais para a construção de uma educação democrática, equitativa e justa. Em se tratando do contexto escolar, essas diretrizes ganham relevância à medida que a escola se afirma como um espaço de acolhimento da diversidade, da promoção da cidadania, e da garantia de direitos para todos os indivíduos. O presente estudo foca em analisar às práticas inclusivas especificamente em uma escola da rede pública do município de Coruripe-AL, buscando compreender a importância de os princípios dos direitos humanos serem incorporados no dia a dia da instituição. A partir desse estudo de caso, pretende-se refletir sobre os avanços e os desafios encontrados diariamente para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade. O trabalho contribui para o debate sobre a necessidade de políticas educacionais e gestores comprometidos com a valorização das diferenças, o combate às desigualdades e a efetivação dos direitos humanos em todas instituições de ensino.

¹ Universidade Federal de Alagoas – UFAL. izabela.silva@cedu.ufal.br

² Universidade Federal de Alagoas – UFAL. claudiaperola2011@live.com

³ Universidade Federal de Alagoas – UFAL. edneide.ellayne2016@gmail.com



OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Analisar como a instituição escolar tem promovido a inclusão educacional a partir de uma perspectiva dos direitos humanos, identificando práticas pedagógicas, políticas institucionais e desafios enfrentados na valorização da diversidade e no respeito à dignidade de todos os sujeitos no ambiente escolar.

Objetivos Específicos:

1. Analisar os principais desafios enfrentados pela escola em estudo na efetivação de uma educação inclusiva, equitativa e comprometida com a justiça social e a diversidade.
2. Identificar como os princípios dos direitos humanos estão presentes na proposta pedagógica e nas práticas cotidianas da escola pública Liege Gama Rocha no município de Coruripe.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que tem como objetivo garantir o direito à educação a alunos com deficiência ou algum tipo de transtorno global de desenvolvimento. Ela visa assegurar que todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas, tenham acesso a uma educação de qualidade.

De acordo com Hansel et al. (2014, p. 19),

no Brasil, a Constituição Federal (1988) assegura uma série de garantias às pessoas com necessidades educacionais especiais que, com igualdade têm direito, a usufruir do acesso à saúde, educação, cultura, esporte, justiça e defesa pelo Ministério da Justiça, em caso desses direitos serem violados (Hansel et al. 2014, p. 19).

Tendo como base os direitos humanos, as garantias fundamentais dos cidadãos, as novas legislações referentes a inclusão e todos os temas ligados a



diversidade, as escolas têm a obrigação de se adequar para receber qualquer pessoa independentemente da sua classe social, raça, gênero e condição física.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (Brasil, 2008),

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência (Brasil, 2008, p. 06).

Para Neto *et al.* (2018, p. 86),

a educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os alunos nos estabelecimentos de ensino regular, transformando a sociedade de forma a ser inclusiva em relação às diferenças entre os indivíduos. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam à diversidade dos alunos (Neto *et al.* 2018, p. 86).

A definição de inclusão escolar também envolve a valorização de todos, independentemente de suas características individuais, como talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural (Carvalho, 2007, *apud* Neto *et al.*, 2018, p. 90). Ainda segundo o autor, a proposta de Educação Inclusiva, se devidamente compreendida como educação de boa qualidade para todos, busca meios e modos de remover barreiras para aprendizagem e à participação dos estudantes (Carvalho, 2007, *apud* Neto *et al.*, 2018, p. 90).

PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

A seguinte pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Educação Básica Liege Gama Rocha, localizada no centro do município de Coruripe-AL. Atualmente, a escola está funcionando no prédio da Escola Municipal Nelson de Araújo Lessa, pois seu prédio próprio está em reforma. A escola oferta o ensino fundamental, do 1º ano ao 9º ano, e atende alunos dos seis aos catorze anos de idade distribuídos nos turnos matutino e vespertino.



Quanto ao método de investigação, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, uma vez que busca compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às práticas de inclusão no espaço escolar. Conforme Gil (2008), a pesquisa qualitativa permite a interpretação da realidade a partir da perspectiva dos participantes, priorizando a profundidade em detrimento da quantidade de informações.

Os dados foram obtidos por meio de uma entrevista semiestruturada com a diretora da escola, que respondeu a um questionário contendo nove questões. As perguntas versaram sobre: a concepção de educação inclusiva adotada pela gestão escolar; as mudanças estruturais realizadas para atender estudantes com deficiência; o número e o tipo de deficiências presentes entre os alunos; a existência e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE), entre outros aspectos.

De acordo com Marconi e Lakatos (2017), a entrevista é um dos instrumentos mais adequados para coletar informações em pesquisas qualitativas, pois possibilita maior flexibilidade nas respostas e maior aproximação entre pesquisador e participante.

Após a coleta, os dados foram analisados à luz da política educacional de inclusão e da realidade da escola, considerando o quantitativo de estudantes atendidos após a implementação das ações voltadas à diversidade. A análise foi orientada pelo pressuposto de que a educação pública deve garantir a todos os cidadãos o acesso à escolarização com qualidade, em conformidade com a legislação vigente.

RESULTADOS

Foi constatado através de uma entrevista estruturada com a diretora da Escola Liege Gama Rocha, que a escola está atenta a todas exigências que a educação inclusiva necessita. Ela define que a educação inclusiva garante a participação de todos os alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade de cada um adaptando-se às necessidades dos estudantes, com o intuito de garantir o acesso à educação de qualidade. Em sua trajetória na direção da escola ela aponta mudanças significativas para que haja inclusão no ambiente escolar, como a construção de rampas de acesso,



banheiro adaptado com barras de apoio, altura adequada da bacia sanitária, materiais didáticos adaptados às necessidades dos estudantes, tecnologia assistiva e capacitação para professores e auxiliares de inclusão (curso ABA). Para a diretora, essas mudanças garantem um espaço seguro, respeitoso e acolhedor. Segundo dados obtidos na entrevista, há 44 estudantes matriculados e que frequentam a escola com algum tipo de deficiência (segue tabela 1 com os tipos de deficiências e a quantidade de estudante de cada uma).

A escola disponibiliza o Atendimento Educacional Especializado (AEE), oferecendo na sala de aula suporte aos alunos com necessidades específicas, seja por deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras deficiências intelectuais. O AEE não substitui a educação regular, o atendimento acontece duas vezes por semana, muitas vezes no contraturno, para garantir que os alunos possam receber o acompanhamento necessário. Esses alunos possuem acompanhantes no ambiente escolar e buscam outros tipos de atendimentos fora da escola.

TABELA 1 – TIPOS DE DEFICIÊNCIA DOS ALUNOS DA ESCOLA LIEGE GAMA ROCHA

TIPOS DE DEFICIÊNCIA	QUANTIDADE
Autismo Infantil	23
Deficiência Intelectual	11
Síndrome de Down	01
Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH)	05
Deficiência Física	03
Transtorno Desinterativo da Infância	01
TOTAL	44

Fonte: Elaboração própria.

Para Giroto, Poker e Omote (2012, p. 12), “a Educação Especial no formato do AEE se constitui, portanto, na ferramenta, no suporte indispensável que viabiliza a escolarização desses alunos no ambiente escolar comum”.

O AEE tem um papel de fundamental importância no processo de ensino aprendizagem do estudante com algum tipo de deficiência, pois ele irá trabalhar em parceria com o professor do ensino comum.

De acordo com Giroto, Poker e Omote (2012, p. 14),



apesar de as atividades desenvolvidas no AEE diferenciarem-se daquelas realizadas na sala de aula comum, devem constituir o alicerce sobre o qual a aprendizagem do aluno se apoia, ou seja, os programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e sistemas específicos de comunicação e sinalização, bem como todos os recursos utilizados devem estar atreladas à proposta pedagógica do ensino comum (Giroto; Poker; Omote, 2012, p. 14).

A boa relação da escola com a família é muito importante para o desenvolvimento e aprendizagem do aluno com deficiência. A diretora explica que o diálogo com a família é baseado na comunicação aberta, respeito e colaboração, com o intuito de construir uma relação de confiança, reconhecendo sempre a importância da família na educação do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou evidente, através da pesquisa, que a direção da escola Liege Gama Rocha está empenhada em trabalhar em prol do desenvolvimento educacional dos alunos com deficiência, preocupando-se com a capacitação dos professores e profissionais que atendem esse público, e cuidando para que o espaço físico da escola possa disponibilizar acesso e conforto para os estudantes com qualquer tipo de deficiência. Esse trabalho, segundo a pesquisa, deve ser em parceria com a família ou responsáveis pelos estudantes para que seja obtido um resultado satisfatório no processo de ensino-aprendizagem de cada educando portador de deficiência.

Observa-se que a inclusão nas escolas ainda é um processo em construção que vem crescendo e se desenvolvendo cada dia mais devido a novas políticas educacionais voltadas para que seja garantido o acesso à educação para todos cidadãos conforme o que está estabelecido nos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. (2008). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.



GIROTO, Claudia Regina Mosca; POKER, Rosimar Bertolini; OMOTE, Sadão. (Org.). **As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012.

HANSEL, Ana Flávia; ZYCH, Anizia Costa; GODOY, Mirian Adalgisa Bedim. **Fundamentos da Educação Inclusiva**. Paraná: Unicentro, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NETO, Antenor de Oliveira Silva; ÁVILA, Éverton Gonçalves; SALES, Tamara Regina Reis; AMORIM, Simone Silveira; NUNES, Andréa Karla; SANTOS, Vera Maria. Educação inclusiva: uma escola para todos. Santa Maria: **Revista Educação Especial**, vol. 31, n. 60, p. 81-92, jan./mar. 2018.